



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

[Handwritten signatures]

229/2019

**CONTRATO DE SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO E CORREÇÃO
DE CARTOGRAFIA NUMÉRICA VETORIAL À ESCALA 1:10
000 DO CONCELHO DE LOULÉ E RESPECTIVA
HOMOLOGAÇÃO, PELO VALOR GLOBAL DE 112.150,00€,
SEM IVA INCLUÍDO**

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril do ano 2019, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Júlia Gonçalves Sousa Gonçalves, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia dezassete de Outubro de dois mil e dezassete, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa colectiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VITOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o acto, nos termos legais e a firma **SOCARTO – SOCIEDADE DE LEVANTAMENTOS TOPO CARTOGRÁFICOS, LDA.**, com sede em Parque Tecnológico de Óbidos, Edifícios Centrais, Rua da Criatividade, Sala 1.73 - Óbidos, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e pessoa coletiva 500676020, com o capital social de 176.361,88€ representada por **VASCO ALBERTO VARELA PINTO MARTINS FERREIRA**, portador do cartão de cidadão número 06051300 4 ZY2, emitido pela República Portuguesa, válido até 11 de Janeiro de 2028, contribuinte número 173796613, na qualidade de gerente da empresa, com poderes para o ato conforme consta da certidão permanente, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **12 de Abril de 2019**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da Republica número 50, II Série de 12 de Março de 2019 foi adjudicado à firma **SOCARTO – SOCIEDADE DE LEVANTAMENTOS TOPO CARTOGRÁFICOS, LDA.**, o contrato de “**SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO E CORREÇÃO DE CARTOGRAFIA NUMÉRICA VETORIAL À ESCALA 1:10 000 DO CONCELHO DE LOULÉ E RESPECTIVA HOMOLOGAÇÃO**”, pelo valor global de 112.150,00€ (cento e doze mil, cento e cinquenta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

2

elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/07.01.15**;-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental nº **2979** e o LCPA n.º **6877**, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06.-----

SEGUNDA: O objecto do contrato consiste na prestação de serviços de "Atualização e Correção de Cartografia Numérica Vetorial à escala 1:10 000 do concelho de Loulé e respetiva homologação" e abrange uma área aproximada de 80 229 ha (oitenta mil duzentos e vinte e nove hectares), que se distribuem por 35 (trinta e cinco) folhas. A cartografia numérica vetorial (MNT) será objeto de homologação pela Direção-Geral do Território (DGT), ficando a cargo do adjudicatário a instrução, acompanhamento e respetivos custos, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II cláusulas técnicas do caderno de encargos e na proposta do prestador de serviços que se dá por inteiramente reproduzida.-----

TERCEIRA: O prazo de execução terá a duração de 9 (nove) meses, após a assinatura do contrato.-----

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 12 (doze) meses e até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições previstos na parte II cláusulas técnicas do caderno de encargos e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato. O prazo previsto no número anterior pode ser prorrogado por iniciativa da Câmara Municipal de Loulé, ou a requerimento do prestador de serviços devidamente fundamentado.-----

Sempre que ocorra suspensão da execução do trabalho por motivos de força maior, não imputáveis ao adjudicatário e desde que do facto seja dado conhecimento à entidade adjudicante nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à ocorrência, o prazo de execução considerar-se-á automaticamente prorrogado, por período igual ao da suspensão.-----

QUARTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no caderno de encargos decorrem para o prestador de serviços as obrigações previstas no artigo sexto da parte I - cláusulas gerais do caderno de encargos.-----

QUINTA: O prestador de serviço garantirá o sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relacionados com a atividade da entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

3

contrato. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo bem como todos os elementos recolhidos e processados, no campo e em gabinete, no âmbito da execução do trabalho objeto do contrato, são propriedade exclusiva da entidade adjudicante, não podendo ser utilizados para qualquer outro fim, nem cedidos a terceiros, sem autorização desta reduzida a escrito.-----

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.-----

SEXTA: Se o adjudicatário não concluir os trabalhos dentro dos prazos contratualmente estabelecidos, acrescidos de prorrogações graciosas e/ou legais, ser-lhe-á aplicada, até ao fim dos trabalhos ou à rescisão do contrato, a multa diária de 0,5% do valor global do trabalho. Excedido o prazo do contrato, em mais um terço, a Câmara Municipal de Loulé pode rescindir o contrato sem mais formalidades. Caso não queira usar deste direito, o adjudicatário fica obrigado a prosseguir com a execução dos trabalhos até à sua conclusão nas devidas condições, pagando as multas correspondentes referidas anteriormente.-----

A importância correspondente às multas que forem devidas será deduzida, sem mais formalidades, nas faturas.-----

A não comparência do adjudicatário nas reuniões sem a devida justificação constitui falta reiterada às suas obrigações contratuais para efeitos de rescisão de contrato.-----

Para além dos motivos definidos na legislação, são motivo de rescisão do contrato por parte da entidade adjudicante:-----

- Incumprimento do prazo para início dos trabalhos;-----
- Recusa, por parte do adjudicatário, de cumprimento das instruções que lhe forem dadas no sentido do cumprimento do caderno de encargos ou do plano de trabalhos;-----
- Quando os trabalhos tiverem sido subcontratados, total ou parcialmente, sem prévia autorização da entidade adjudicante;-----
- Reiterada inobservância das disposições contratuais ou do caderno de encargos, ou má-fé do adjudicatário;-----

O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

4

pelo contraente público. A importância correspondente à aplicação das multas que forem devidas será deduzida sem mais formalidades, nas faturas ainda não liquidadas.-----

SÉTIMA: O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais, nos termos do artigo 8º parte I do caderno de encargos.-----

OITAVA: Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos nas alíneas de a) a g) do artigo 11 da parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.-----

Sem prejuízo do disposto na presente cláusula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 3 (três) meses, no caso da entidade adjudicante, ou de 1 (um) mês no caso do adjudicatário, qualquer das partes pode proceder à respectiva resolução, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330.º do CCP.-----

NONA: O pagamento será efectuado de acordo com o artigo 4º da parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos.-----

As quantias devidas serão pagas no prazo de 60 dias após a receção das respectivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

7

5
f
H

DÉCIMA: Após a entidade adjudicante efetivar os pagamentos que lhe competem ao adjudicatário, o trabalho resultante do contrato, em todas as peças escritas, desenhadas e de imagem, intermédias ou finais, em forma analógica ou digital, e para todos os efeitos que entenda, salvaguardados os direitos de autor, constituirá propriedade exclusiva da mesma, não podendo por isso ser utilizado ou cedido a terceiros pelo adjudicatário.-----

DÉCIMA PRIMEIRA: Para acompanhamento da execução do contrato, o adjudicatário fica obrigado a realizar reuniões de coordenação com os responsáveis da Câmara Municipal de Loulé, sob convocatória da Câmara Municipal de Loulé, de acordo com o artigo 20º do já referido caderno de encargos.-----

DÉCIMA SEGUNDA: O prestador de serviços obriga-se, sob reserva de aceitação da Entidade Adjudicante, a confiar a direção técnica dos trabalhos a um Engenheiro Geógrafo com a qualificação profissional de E2 da Ordem dos Engenheiros ou a um Engenheiro Técnico Geográfico/Topográfico com a qualificação profissional de especialista da Ordem dos Engenheiros Técnicos. Tratando-se de empresa estrangeira, deverá esta obter junto das Ordens Profissionais referidas, entidades regulamentadoras da respetiva profissão, a equivalência dos seus técnicos para o exercício das tarefas associadas à execução do presente projecto, nos termos do artigo 21º do caderno de encargos.-----

DÉCIMA TERCEIRA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé com a expressa renúncia a qualquer outro.-----

DÉCIMA QUARTA: O prestador de serviços fica obrigado a cumprir todos os requisitos da prestação de serviços constantes na parte II – cláusulas técnicas do caderno de encargos que aqui se dá como reproduzido para todos os efeitos legais.-----

DÉCIMA QUINTA: De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é Catarina Martins, Técnica Superior do Gabinete de Estratégia, Projectos Estruturantes e Informação Geográfica.-----

DÉCIMA SEXTA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no CCP, e restante legislação aplicável.-----


CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 12 de Abril de 2019 e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário;-----
- Informações técnicas;-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes. -----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

O SEGUNDO OUTORGANTE,

Sociedade de Levantamentos
Topo - Cartográficos, Lda.

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,

María Fátima Gonçalves Sousa Gonçalves